

Artigos

A ÉTICA POSTA EM CAUSA E A POLÍTICA DO SINTOMA

*Ana Paula Giansi**

Psicanalista, membro da Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano – Brasil/Fórum São Paulo, mestre e doutora pelo Instituto de Psicologia da USP.

E-mail: anapaulagiansi@yahoo.com.br

*Ronaldo Torres***

Psicanalista, membro do Fórum do Campo Lacaniano – São Paulo, mestre e doutor pelo Instituto de Psicologia da USP.

E-mail: ronaldotorres@usp.br

Resumo: Este artigo coloca em debate a questão da ética e a orientação política de uma psicanálise lacaniana. Para tanto, percorre-se, inicialmente, o tema da ética em sua articulação com a causa e com o ato. Termos articulados, ato, causa e ética nos conduzem ao campo do sintoma, terreno a partir do qual se torna possível traçar a marca de uma orientação. Não qualquer uma, muito menos todas as existentes, a orientação de uma psicanálise é uma orientação do Real. Poder chegar até bem-dizer o sintoma é, de fato, referência a uma ética que embasa uma política. Esta, por sua vez, distingue-se radicalmente de outras tantas (e atuais) que se esmeram por fazer reafirmar a ideologia corrente.

Palavras-chave: ética; causa; ato; política; sintoma.

Abstract: This article debates the issue of ethics and the political orientation of Lacanian psychoanalysis. To do so, goes to the first topic of ethics in its articulation with the cause and the act. Articulated terms: act, cause and ethical conduct in the field of symptom from where it becomes possible to trace the mark of an orientation; the orientation of the Real. Dealing with the symptom is the reference that Lacan brings out to indicate an ethic that supports a kind of policy. Policy that is radically different from many others (and current) that are structured to reaffirm the ideology.

Keywords: ethics; cause; act; policy; symptom.

* Autora do livro: *Causalidade e desencadeamento na clínica psicanalítica* (São Paulo, Annablume, 2011).

** Autor do livro: *Dimensões do Ato em Psicanálise* (São Paulo, Annablume, 2010).

Se o determinismo estrito do discurso psicanalítico fora outrora interrogado, a psicanálise, sem abrir mão do terreno da determinação, pôde responder com um imperativo ético e com sua política para o sintoma. Isso em um “mais além” que pôs em curso o campo do gozo e do Outro sexo.

O sujeito, como bem ditaram Freud, depois Lacan, é determinado pelo encadeamento significativo. O significante faz cadeia, faz série, e é, por isso, levado a sério. Substitui-se por metáfora, desliza metonimicamente, inaugura discurso, produz efeitos de escritura. O significante, aquilo que representa o sujeito para outro significante, faz corpo simbólico: o corpo corpificado pelo incorpóreo que é o Outro. Outrossim, faz vaso: ao contar como Um cada elemento que contorna o vazio escrito Zero.

O significante, Lacan igualmente afirmou, ainda em referência a Freud, é a causa material do sujeito. É o significante, em sua entrada inaugural, o que divide o sujeito. Desde o significante, tem-se um sujeito-sintoma dividido entre um enunciado e sua enunciação. Desde o significante (causa primeira), o sujeito determinado faz do não senso sentido. Um sintoma a ser decifrado é posto, então, em questão.

Se uma psicanálise tem seu início por esse sintoma, enquanto mensagem do Outro, ela pode aportar seu final no *sinthoma*. Um percurso aí se erige e se exige, o que leva tempo. Mais do que isso, uma política, sustentada por uma ética, faz-se presente. Uma psicanálise é orientada e essa orientação não é qualquer uma. Como disse Lacan, essa orientação é uma “orientação do Real” (LACAN, 1975-1976/2007, p. 117).

Um sujeito nos chega com suas queixas e, por um giro, algo se pergunta. Prazer de mais ou prazer de menos. Sintoma(is) ou sinto(menos): de seus ditos, algo como isso pode se deixar dizer. É desse modo que o sujeito nos apresenta seu “mal”, seu “mal-estar”. Dali, enreda suas novelas, o sulcável terreno das identificações deixa-se ler, os ideais mostram-se no enlace da transferência, a posição de gozo se evidencia. No tempo, opera-se o que designamos construção da fantasia, com seus impasses relativos à angústia. Corte e costura, cortes sem costuras. O sujeito conta e, em suas contas, sobremodo, indaga-se sobre sua própria opacidade. As contas procuram cernir o que é da ordem da cifra.

O interessante é, então, que tais contas bailam em torno daquilo que se escreve (que, por sua vez, atesta aquilo que não se escreve). Quanto a isso, Lacan fora enfático, em seu seminário 20. Ele ali asseverou que o que se escreve, por excelência, é a solidão. A solidão, ou melhor dizendo - seguindo um neologismo proposto por Guimarães Rosa - a solistência, é justamente aquilo que contingencialmente pode se escrever no

fim de uma análise. Mais, ainda, a solistência escreve aquilo que se conta Um. “contar o Um da notação zero é contar a notação daquilo que não cessa de não se escrever” (GIANESI, 2010, p. 56), isso em uma referência ao impossível. Impossível, categoria modal, que se prova mesmo pela contingência. Afinal, sobre a subversão modal realizada por Lacan, encontramos asserções cristalinas. Em “Introdução à edição alemã de um primeiro volume dos *Escritos*”, exemplificando, deparamo-nos com o seguinte trecho: “como não considerar a contingência, ou o que cessa de não se escrever, não seja o lugar por onde se demonstra a impossibilidade, ou o que não cessa de não se escrever? E que por aí se ateste um real...” (LACAN, 1973/2003, p. 556).

Atestar um real. Lacan afirmara que “o inconsciente atesta um real que lhe é próprio” (ibid.). O que logo nos abre a dimensão do gozo e, também, ajuda-nos a entender uma passagem lacaniana que diz ser possível transmitir as condições do gozo - isso se escreve (zero). O que se conta: os resíduos do gozo (Um, Um, Um, Um...) (LACAN, 1972-1973/1985). O que se escreve e o que não cessa de não se escrever apontam para a questão da transmissibilidade posta em cada giro discursivo. Mais uma vez Lacan: “e que por aí se ateste um real que, apesar de não ser mais bem fundado, seja transmissível pela escapada a que corresponde todo discurso” (LACAN, 1973/2003, p. 556).

Assim seguimos que o analista, a partir não de seu ser, mas de seu *des-ser*, dirige o tratamento. Tratamento sustentado por um desejo inédito: o desejo do psicanalista. Desejo ético e, por isso, impuro, de fazer uma análise seguir algumas trilheiras, dar suas voltas, até chegar a seu termo. Como nos apontou Lacan em seu seminário X (1962-1963), conviria ao analista fazer seu desejo entrar suficientemente no irreduzível objeto pequeno *a* de modo a oferecer à angústia sua contundência Real. Um desejo que pôde atravessar a angústia e sustentar algo de um “novo amor”, segundo Lacan (1964/1985, p. 260), um desejo “fora dos limites da lei”.

Se a contundência lacaniana nos mostra que “só há analista na medida em que esse desejo lhe advier” (LACAN, 1974/2003, p. 242) e isso nos faz pensar que o desejo do psicanalista move uma análise pela tática da interpretação e pelas estratégias relativas ao manejo da transferência, outrossim, vale notar que é do não todo que se trata. “É do não todo que emerge o analista” (LACAN, 1974/2003, p. 241). A verdade (não toda) e a mulher (não toda) fazem, aqui, questão. Lembremos: a mulher é não toda regida pela insigne fálica. “Não todo ser ao falar pode se autorizar para fazer um analista”

(LACAN, 1974/2003, p. 241). Nossa orientação porta, enfim, o alcance de “um efeito feminizante” (LACAN, 1970-1971/2007, p. 121). Procura-se apontar um real, atestar um real.

Responder por isso? Sim, um analista responde por isso. O que nos envolve nas dimensões (e condições) do ato em psicanálise. Ato analítico, entendido como passagem de analisante a analista.

Wo Es War, Soll Ich Werden, traduzido como “Lá onde isso estava, lá onde se estava, é meu dever que eu venha a ser”, localiza-nos no plano da ética. *Wo Es War, Soll Ich Werden* é o que pressiona o sujeito a reconhecer seu lugar – lugar de ser – de ex-sistência, com o (re)conhecimento, no Outro, do vazio, do buraco recortado pelo objeto – o que se lê \$. Ato e ética implicam uma noção de causa. Causa analítica, causa de desejo, causa de discurso.

Em “A ciência e a verdade”, de 1966, Lacan articulou a causa ao *Wo Es War, Soll Ich Werden* freudiano e, então, a esse imperativo que faz o sujeito assumir sua própria causalidade. Eis o que passamos a designar um imperativo ético. No que se refere à divisão do sujeito, causada pelo significante, ele enfatizou, ali, a divisão entre o saber e a verdade. Diz-nos, então, “que é preciso renunciar, na psicanálise, a que cada verdade corresponde seu saber” (LACAN, 1966/1998, p. 883). De modo distinto da ciência, da magia e da religião, a psicanálise aponta a verdade como causa, causa material que, como dissemos, diz respeito à incidência significante, significante que, por sua vez “se define como agindo, antes de mais nada, como separado de sua significação” (LACAN, 1966/1998, p. 890). Lacan insiste, então, que sua teorização sobre o significante como causa material é compatível com o materialismo histórico e que ali restaria um furo. A teoria do objeto *a* encontraria, desse modo, seu lugar e tornar-se-ia necessária “para uma integração correta da função, no tocante ao saber e ao sujeito, da verdade como causa” (LACAN, 1966/1998, p. 890). Note-se que o objeto *a* enquanto causa é chamado para que seja possível uma articulação sobre a causação do sujeito. Ali, assistimos a um esboço daquilo que Lacan designará em seu seminário *De um Outro ao outro*: que a verdade (não toda) também possui relações com o significante e o saber com o objeto *a* (LACAN, 1968-1969).

Quanto ao objeto *a*, podemos sublinhar que Lacan tratou-o por aquilo que designamos causa real. Em seu berço o encontramos circunscrito a um tipo de falta irreduzível que se vinculava a algo perdido, um pedaço de corpo: “Aí está sob forma maciça e opaca”, o *a*, enquanto “uma falta que o simbólico não supre”, isso, pois, não se

trata de “uma ausência contra a qual o simbólico possa se precaver”; a falta simbólica propicia a introdução da ausência, mas, revertida, esta se revela presença, “quanto mais eu digo isso não está aí, mais está aí” (LACAN, 1962-1963/2005, p. 152). A ausência (ou falta irreduzível) real é uma ausência irreversível. Ou seja, a ausência real não se reverte na presença daquilo que foi negado, ela é a própria ausência. Uma “apreensão experimentada da inexistência?” (LACAN, 1972-1973/1985, p. 198), ele se interroga mais tarde.

O objeto *a* é imanente à pulsão. Assim, verificamos, no nível sexual, a função do objeto *a* enquanto uma lacuna que separa o desejo do gozo. O que nos condena “ao imperativo que faz com que, para nós, o gozo não esteja prometido ao desejo” (LACAN, 1962-1963/2005, p. 359). O desejo iria ao encontro do gozo, mas, “para encontrá-lo, deve não apenas compreender, mas transpor a própria fantasia que o sustenta e o constrói” (LACAN, 1962-1963/2005, p. 359). Quanto à nossa orientação, diremos que, para que o desejo possa “encontrar” o gozo, é preciso atravessar a fantasia e desnudar o objeto *a*. Separar – *j* e *a*.

Destacando a articulação entre o objeto *a* e o gozo (em seu enredamento com a pulsão), lembramos que o esforço de matematização lacaniano fez subsistir, outrossim, a única substância da experiência analítica, qual seja: a substância gozante. E isso está declarado em seu seminário *Mais, ainda*. Em sua relação com o gozo, o objeto causa de desejo (objeto *a*) aparece com sua face de *mais-de-gozar*. No seminário X Lacan tratou primordialmente o objeto *a*, causa de desejo, e o situou na dobra do desejo e da angústia. Em *De um Outro ao outro* (1968-1969), ele asseverou que o objeto *a* é um lugar de captura de gozo, de um excesso de gozo, da recuperação de uma perda de gozo. Pois bem, como esse objeto captura o gozo? Por meio de suas quatro formas predicativas: voz, olhar, fezes e seio.

Como já havia feito com *das Ding*, Lacan retomou a teoria da causalidade de Aristóteles e destacou que a causa real funcionaria segundo os princípios de *tiquê*, o termo aristotélico para nossa ignorância em relação à causa das causas, ao aspecto acidental das causas. Lacan pontuou, em seu seminário XI, que *tiquê* fora traduzido de maneira equivocada por fortuna. Preferindo colocá-la em outros termos, Lacan definiu-a como encontro faltoso. *Tiquê* e não *autômaton* (este último referente ao encaideamento significativo).

Com Lacan, a causa se distingue da lei. Consequência imediata, a causalidade se distingue do determinismo. Fenda, buraco, tropeço, surpresa, rachadura, vacilação,

descontinuidade, eis alguns dos termos escolhidos por ele para se referir à causa. Como Lacan propôs, a causa seria justamente uma função. Apontou-nos, da mesma forma, que nessa função sobriaria uma hiância. Ele o disse, hiância causal e ainda acrescentou: a função de que se trata é uma função do impossível.

Em *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, ele localizou, na citada hiância, o inconsciente, marcando uma diferença em relação ao inconsciente freudiano. Aliás, ele inicia seu “Prefácio à edição inglesa do *Seminário XI*”, de 1976, com uma preciosa asserção que nos situa no âmbito da causa real. Escreveu Lacan que, quando o espaço de um lapso não produzir mais qualquer efeito de sentido, apenas então ter-se-á a certeza de estar no inconsciente, inconsciente real (LACAN, 1976/2003, p. 567).

Isso marca, de fato, uma orientação. Pois bem, no seminário sobre o *Sinthoma*, ele nos indica que o real, enquanto impossível, essa coisa orientável que foraclui o sentido, ele deve “ser buscado do lado do zero absoluto” (LACAN, 1975-1976/2007, p. 117). Daí afirmarmos que há uma orientação, na análise, pelo real. Orientação esta que não se dá pela via do sentido. Desse real, disse Lacan, apenas chegamos a pedaços. O real é um carço; não tem lei e ele “consiste em não se ligar a nada” (ibid., p. 119). O objeto *a* seria, assim, um pedaço de real.

Esse objeto real, em uma psicanálise, é, enfim, parido enquanto um ser bastante peculiar. Desse modo marcamos que, muito embora o objeto *a* ocupe sua função de causa na constituição do sujeito e também seja pertinente à abertura da angústia, é em um fim de análise que ele pode ser desnudado e passar a ocupar uma inédita posição. Como escreveu Lacan (1969/2003, p. 371) no resumo do “Ato psicanalítico”: “o em-si do objeto *a* esvazia-se no mesmo movimento pelo qual o psicanalisante cai, por ter verificado nesse objeto a causa de seu desejo”. Esse ser-aí do objeto, esvaziado em uma análise, esse vazio de ser, portanto, é absolutamente singular. Como ele havia anunciado em “Radiofonia”, o objeto *a* é somente “dedutível conforme a psicanálise de cada um” (LACAN, 1970/2003, p. 412). Para tanto, faz-se necessária a travessia da fantasia.

Lacan retira, enfim, a noção de causa da estética transcendental de Kant e mesmo da ontologia aristotélica para restituí-la ao campo da ética. Para tanto, faz um esforço para nos situar no plano da singularidade e, assim, apresenta-nos um objeto que, além de lógico (e topológico), é ético. Mais, ainda, por acompanhar, enquanto furo, o que do saber surge como invenção, toca algo do poético.

O ensino lacaniano parece-nos cristalino quanto à construção de uma ética que embasa uma política. É interessante pensarmos, nessa direção, que, tanto em seu

seminário sobre a *Ética da psicanálise* como em seu texto “Kant com Sade”, ele empreendeu uma crítica explícita ao universal da Lei e à noção de pureza da razão. Ao afirmar que nem tudo na ética está vinculado à obrigação (LACAN, 1959-1960/1997, p. 11) e que haveria de se pensar um eixo impuro para uma nova Crítica da Razão (LACAN, 1963/1998, p. 786), Lacan, a um só tempo, afastava-se daquilo que Nietzsche teria apontado como a crueldade do imperativo categórico kantiano (CAYGILL, 2000), o que Adorno também havia feito notar em *Dialética do esclarecimento*, e propunha uma localização da causa como aquilo que se encontra além da Lei. Mais tarde em sua obra, especificamente em seu seminário XX, Lacan (1972-1973/1985, p. 117) disse em relação à moralidade kantiana: “ela confessa que ela é Sade, a moralidade”.

Outra referência importante para essa discussão acerca dos fundamentos de uma moral universal (sádica e cruel) pode ser encontrada no tópico “A lei do coração e o delírio de presunção” da *Fenomenologia do espírito*, de Hegel (2002). Nessa passagem, Hegel destacou a segunda figura do individualismo próprio ao advento da modernidade que, por sua vez, instaurara uma moralidade que se opôs à eticidade anterior. Hegel (2002, p. 265) acompanhou a efetividade da individualidade que faz da lei uma lei universal de todos os corações e, por contradição interna, o “pulsar do coração pelo bem da humanidade” desandou em presunção e “a consciência denuncia a ordem universal como uma perversão da lei do coração”.

Como anunciamos acima, a ética da psicanálise nos encaminha para a questão do ato psicanalítico. Para tratar brevemente das articulações entre ato e ética, podemos tomar como referência o pensamento de Aristóteles. E, para introduzirmos essa questão, devemos fazer uma pequena digressão.

De acordo com o filósofo grego, temos que a ética diz respeito a uma forma específica do ato. Em Aristóteles, de forma esquemática, o ato está articulado a três campos. Na *physis*, a *energeia*, que acabou por ser traduzida por ato, está ligada a *dynamis* (potência, no sentido de possibilidade), na medida em que o movimento se dá pela atualização da possibilidade, a atualidade do possível: “pois não foi por ver e ouvir frequentemente que adquirimos a visão e a audição, mas, pelo contrário, nós as possuíamos antes de usá-las” (ARISTÓTELES, 1979, p. 67). O ato de abrir os olhos e ver atualiza, portanto, uma possibilidade, realizando um movimento. Entretanto, além da ação na natureza (*physis*), na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles fala de mais dois tipos de ações: aquelas ligadas à *poiesis* e aquelas ligadas à *praxis*. Para essas ações, diz:

Com as virtudes dá-se exatamente o oposto: adquirimo-las pelo exercício, como também sucede com as artes (*poiesis*)... por exemplo, homens se tornam arquitetos construindo... da mesma forma, tornamo-nos justos praticando atos justos. (Ibid.)

Mas *poiesis* e *praxis* não se confundem. As primeiras são indexadas pela produção de algo diferente do agente da ação, coisas que são feitas/resultadas por essas ações (*poieton*) - e são marcadas pelas regras da arte (*techné*). É também, portanto, uma ação técnica no sentido que os gregos davam ao termo. Há nesse tipo de ação separação e distinção entre agente, produto e finalidade. Já nas ações abarcadas pela *praxis*, não há produção que se diferencie de seu agente. São ações dirigidas ao bem do próprio agente ou da *polis* e, portanto, pertencentes ao campo da ética e da política. Aqui, a marca é a deliberação (*phronesis*), lócus no qual se reúnem de forma não distintiva agente, produto e finalidade. O próprio ato é seu agente (na medida em que o agente é o que é em seus atos), o produto e a finalidade. O ato na *praxis* não é, portanto, nem a atualização como processo da *physis*, nem a mediação entre o agente e o produto como na arte.

Assim, o *éthos* é apreendido pela articulação dessas duas acepções: costume (*éthos* com *eta* inicial) e hábito (com *épsilon* inicial) – que passam de uma outra, na medida em que a primeira não se realiza se não pelo hábito, que, por sua vez, ao se apresentar como regime de repetição dos mesmos atos, é o que abre espaço para sua negação pelo *éthos* como costume. Nessa relação dialética, vemos como o *éthos* pode abarcar tanto o regime de repetição como o caráter de liberdade presente no ato.

A partir disso, depreendemos como a ética deve estar subordinada à política, pois, antes de fundar uma razão para a finalidade do bem individual, a ética só encontra seu verdadeiro sentido se estiver em articulação ao bem coletivo da *polis*. Dessa maneira, a *praxis*, campo que abriga ética e política, é o lócus de manifestação mais pura da razão antes da filosofia contemplativa, mas, também, o campo de embate de ideias e confrontação de posições; lugar máximo de relação entre os cidadãos, de tensões e conflitos.

Assim, se a psicanálise pode se assemelhar a algo como uma experiência ética é porque deve não apenas ser o campo onde os atos se apresentam, mas, também, o lócus onde os atos ganham uma orientação, uma direção. Que essa direção não seja a mesma preconizada pela ética clássica não impede que sua estrutura comporte a

estrutura da ética. Dessa forma, concluímos que a ética da psicanálise não se dirige ao universal da Lei, tampouco ao Supremo Bem, e isso porque se propõe uma ética do bem-dizer o sintoma. Eis nossas indicações políticas, para uma política do sintoma.

Não obstante, antes de afirmar a política do sintoma condizente ao nosso campo, percorramos brevemente (com o claro intuito de, com isso, podermos depois delimitar do que se trata para a psicanálise) outros modos de operar com o sintoma. Para fins de comparação (com a marcação de oposição), elejamos o discurso médico e certa terapêutica psicológica.

Há, em voga, um discurso médico que preconiza a terapia medicamentosa. A política dos afetos que localizamos desde inúmeros ditos (e artigos em “revistas científicas”) torna o medicamento um instrumento necessário para o velamento dos sujeitos, que, por adentrar o imaginário da completude, podem usufruir de seus “individualismos individuais”. Discurso corrente, que gira em círculos, na melhor das hipóteses (porque consideraríamos o “científico”?). Deparamo-nos, assim, com sujeitos normatizados, controlados, monitorados. Sujeitos encantados por pílulas mágicas que ditam seus imperativos: “não sinta mais!” ou, “não sinta menos!”. Excessos, faltas e perdas estão, ali, vetados.

O que nos concerne quanto a essa política para o sintoma, e que já nos impeliu a críticas tantas vezes anunciadas, também nos faz apontar o que condiz com o discurso do capitalista. Que o consumo esteja assegurado, isso apazigua os ânimos daqueles que gozam da mais-valia. Nesse sentido, apenas lembremos que o campo de trabalho gerencial nos faz assistir, quase atônitos, a dedicação à indústria que nos chega, por exemplo, pelo *slogan*: “se persistirem os sintomas, o médico deverá ser consultado”. Esforçados, alguns gerentes apropriam-se da vestimenta, deixando reger a ideologia que a força do capital quer ver imperar.

Procura-se, ali, um substrato orgânico para o sintoma e, desde o estabelecimento de um corpo controlado, a visada é a extinção. Fim de sintoma. Mesmo que isso custe intermináveis efeitos colaterais... a extinção não deixa de ser uma promessa tentadora. E, convenhamos, além da extinção, há um ganho secundário: um Outro Garantidor sempre a espreita.

No campo psicológico (e, às vezes, de algumas psicanálises), para mudarmos um pouco o enfoque crítico, poderíamos destacar, por um lado, a infundável criação de sentido, que alimenta os peixinhos vorazes, como Lacan indicou em “O aturdido”, fazendo os sintomas inflarem e, por conseguinte, as fantasias adquirirem uma fixidez cada

vez mais decidida. Por outro lado, um trabalho assíduo em nome de uma Realidade diante da qual só resta a resignação. Transferência sempre mantida, terapeuta cheio de saber. Cheio de saber/ser. Em referência ao *Mais, ainda* lacaniano, diremos que a taça permanece sempre cheia de saber/ser, cheia até a boca. Com tantas manobras, não é mesmo de se espantar que a infinitização do sentido ou a identificação ao terapeuta/analista apareçam como fruto desse modo operatório.

Se a psicanálise responde por seu campo (campo de gozo), ela também pode provar que uma operação bastante subversiva em relação ao sintoma, diz respeito às noções matemáticas de redução e de identificação. O sintoma se forma por uma substituição simbólica, e isso se desvela pelo percorrer dos trilhamentos significantes. S1-S2, escolha forçada que, em uma alienação ao Outro, traz s(A). Não obstante, há gozo no sintoma, o que Freud verdadeiramente descobrira. Dessa forma, seguimos a orientação proposta por Lacan, que não visa à extinção de todo sintoma como uma espécie de Bem Supremo, tampouco a proliferação de sentido (que apenas reafirma o sistema), mas o que designou por identificação ao *sinthoma*, que implica aquele apontar/atestar um real, que implica o *savoir y faire*, o saber lidar com seu *sinthoma*. Algo que é de ordem singular e que, por isso mesmo, faz laço. Laço ético que não é regido pelo reconhecimento, pela intersubjetividade ou pela esperança de diálogo (comunicação), já que pautado por \$.

Note-se que o *sinthoma*, com a intrusão dessa letra “h”, difere do sintoma enquanto formação do inconsciente. Como anunciou Lacan (1975-1976/2007, p. 11): “*sinthoma* é uma maneira antiga de escrever o que posteriormente foi escrito sintoma”. O *sinthoma* aponta o Real do sintoma, aponta o gozo fora de sentido. O sintoma, enquanto mensagem cifrada encaminhada ao Outro, seria, a partir de então, efeito do *sinthoma*. A operação que designamos redução marca a visada do *sinthoma*. Poder chegar ao não sentido, poder chagar a inventar um saber. E isso depois que se produziu a queda, que se produziu de novo a perda, e da perda à causa...

Ao contrário da política que indica sentidos mirabolantes, dizemos que o *sinthoma* não se dá à decifração-sentido, ele se refere ao absenso. Estamos na via daquilo que Lacan nos apresentou, em seu seminário XXIV, enquanto seu programa: ir além do inconsciente (simbólico). De que modo? Ir além do inconsciente usando-o até gastar.

Se, por um lado, o *sinthoma* não implica o enxame encadeado que se verifica após o traço, por outro, enquanto uma função, ele nos mostra aquilo que do inconsciente pode traduzir-se por uma letra, isso de modo que nessa letra a identidade de si a si

esteja isolada de toda qualidade. A identificação, enquanto noção matemática, implica uma equivalência, implica um idêntico (de si a si) que Lacan suplementa com seu: isolado de qualquer qualidade. Não tentemos, então, predicá-la ou transformá-la em ditos.

Por fim, dizemos, com Lacan, que a identificação ao *sinthoma* envolve conhecer (no sentido sexual), saber lidar com, saber se virar com ele, manipulá-lo, etc., (o *sinthoma*). E é dessa forma que o *sinthoma* se refere ao modo como cada qual goza de seu inconsciente (real). O *sinthoma* implica o cingir de uma causa. E concluímos que o *savoir y faire* indica-nos uma política, reafirmando que esta está embasada por uma ética: a ética do bem-dizer, bem-dizer o *sinthoma*. Gozar do inconsciente real, gozar de *alíngua*. Gozo ético, político (e, por que não?) poético, além dos limites da lei, não obstante, permitido.

Referências

- ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1979, v. 2.
- CAYGILL, H. *Dicionário Kant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GIANESI, A. P. L. Por uma experiência psicanalítica. *Livro Zero*, São Paulo, n. 1, 2010, pp. 51-61.
- HEGEL, G. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- LACAN, J. (1959-1960). *O Seminário, Livro VII: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. (1962-1963). *O Seminário, Livro X: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- _____. (1963). Kant com Sade. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1964). *O Seminário, Livro XI: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- _____. (1964). Posição do inconsciente. In: *Escritos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1966). A ciência e a verdade. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. *O Seminário Livro 15: O ato psicanalítico*. Inédito, 1967-1968.
- _____. (1968-1969). *O Seminário, Livro XVI: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- _____. (1969). O ato psicanalítico. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. (1970). Radiofonia. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. (1970-1971). *O Seminário, Livro XVIII: de um discurso que não fosse semblante*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- _____. (1972-1973). *O Seminário, Livro XX: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- _____. (1973). Introdução à edição alemã de um primeiro volume dos *Escritos*. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. (1974). Nota italiana. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

- LACAN, J. (1975-1976). *O Seminário, Livro XXIII: o sintoma*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- _____. (1976). Prefácio à edição inglesa do *Seminário XI*. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. (1976-1977). *O Seminário Livro 24: L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre*. Inédito.

Recebido em 12/8/2011; Aprovado em 20/9/2011.